

OS LAÇOS FAMILIARES E O CUIDADO DIRIGIDO A INFÂNCIA: INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA DA SAÚDE

FAMILY TIES AND THE CARE DIRECTED TO CHILDREN: INTERVENTION IN HEALTH PSYCHOLOGY

Mary Alves dos Santos Serafim

Especialista em Psicologia da Saúde (FAI)

RESUMO

O Lar Cristão de Adamantina trata-se de uma Instituição Filantrópica que mantém parcerias governamentais nas esferas municipal, estadual e federal. Tais parcerias vão desde o recebimento de ajuda financeira à elaboração de projetos voltados ao público assistido, que é composto por crianças de ambos os sexos que estão compreendidas entre 4 a 11 anos e 11 meses de idade. A entidade busca junto a profissionais de Psicologia meios para desenvolver estratégia dirigida à comunidade no programa de Proteção Social Básica da Secretaria de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tal política pública visa o fortalecimento de vínculos entre a família e crianças de 4 a 6 anos de idade. Este trabalho objetivou possibilitar a efetivação de elementos vinculares que fomentem o cuidado à infância junto aos pais e ou responsáveis pelas crianças que são assistidas pela instituição através do trabalho com grupo. Este tipo de intervenção possibilita o surgimento de pequenas ambiências nos participantes que contribuem com o desenvolvimento do grupo. Ao compartilhar sua posição na grupalidade encontra-se numa posição secundária em relação ao seu narcisismo, consegue identificar o que gosta e deseja, mas leva em consideração o que o outro possa desejar, portanto, experimentar a produção de insight no espaço interspíquico do grupo.

Palavras-chave: Infância; Família; Psicologia da Saúde.

ABSTRACT

The Christian Home of Adamantina it is an institution that maintains partnerships Philanthropic government at the municipal, state and federal. These partnerships range from receiving financial aid for developing public-facing projects assisted, which is composed of children of both sexes who are between 4-11 years and 11 months old. The entity seeking professionals with the means to develop Psychology strategy directed at the community program of Basic Social Protection Department of Social Welfare of the

Ministry of Social Development and Fight against Hunger. This policy aims to strengthen ties between the family and children 4-6 years of age. This study aimed to enable the realization of vinculares elements that foster care for children with parents and other caregivers who are assisted by the institution through work with the group. This type of intervention allows the emergence of small ambiances in participants who contribute to the development of the group. By sharing their position in groupality is in a secondary position in relation to his narcissism, can identify what they like and want, but takes into account what the other could wish therefore experiencing the production of insight interspsychic within the group.

Key words: Childhood, Family, Health Psychology.

INTRODUÇÃO

A realidade psíquica do grupo se dá a partir da realidade psíquica individual. Em cada membro participante acaba emergindo uma perspectiva em relação ao grupo. Trata-se de um espaço de experiência e processo transformacional, uma vez que o sujeito no grupo e com o grupo tem a possibilidade de entrar em contato com emoções pessoais e partilhadas, pois a fala é um *“meio de representação simbólica secundária das experiências emocionais e das cargas pulsionais investidas no objeto de mediação”* (KAES, 2005, p. 50).

A teoria sócio-histórica enfatiza que é importante a atividade do Homem como mobilizadora de sua capacidade de reflexão e desenvolvimento da consciência, reconhecendo sua ação e movimento nas condições sociais que o determinam (CASTELLS, 1999, p.23).

A infância, então é concebida no movimento de historicização de seus cuidados. Há relatos que na Grécia antiga as crianças desobedientes eram tratadas com ameaças e pancadas (DONZELOT, 1986). O referido comportamento grego antigo não se difere dos muitos existentes no seio da sociedade contemporânea, que sob a justificativa do educar, fazem as crianças vítimas de agressões e maus tratos. O sentimento atual que se tem pela infância não só se compreende no sentido de observar diferenças físicas, como também às diferenças intelectuais da criança.

Este sentimento teve início no século XVI quando a alfabetização escolar tomou corpo na sociedade de classes sociais médias e altas. A escolaridade era voltada à população masculina e iniciou-se com a necessidade de ensino da leitura e escrita de forma abrangente, de maneira que os professores, a fim de garantir melhor aprendizado, passaram a separar seu público conforme a idade. Desta feita, contribuíram para afastar as crianças do mundo dos adultos, acabando por preservá-las das facetas, mistérios, contradições e violências que permeiam a vida adulta. Atualmente, a medida do possível, o revelar do mundo dos adultos a uma criança é feito de maneira mais

psicologicamente assimilável, de modo tal que o respeito e valores da infância não se percam.

O valor às crianças teve intenso crescimento nos meados no século XVII. Na ocasião, o Estado percebeu que melhor seria investir nas crianças do que nos adultos e idosos, porque elas seriam em breve, adultos produtivos. Aliado a isso, voltou-se também a preocupação com a mulher, pois esta foi identificada como a pessoa que melhor poderia cuidar da criança, visando assim a “*instauração de procedimentos de conservação e de formação da população*” (DONZELOT, 1986, p.55).

O Estado na época desejava dissociar a instauração de procedimentos acima, como sendo parte direta de seus afazeres, sem contudo, perder a dominação, a pacificação entre as classes sociais para que ocorresse a integração social, então criou-se uma estratégia aparentemente apolítica de intervenção nos problemas sociais, denominada de filantropia. A filantropia possibilitava à população alguma garantia de melhor sobrevivência da família, numa época em que a mulher entra para o mercado de trabalho com o crescimento da industrialização. Embora o Estado não estivesse à frente da filantropia, ele reforçava o ressurgimento da família com interesses voltados ao crescimento econômico do Estado. Surgem os trabalhos sociais com objetivo de domínio de intervenções sociais às pessoas que se encontram nas classes sociais compreendidas como menos favorecidas. (DONZELOT, 1986).

Tal prática é comum na atualidade e percorre um número bastante expressivo de trabalhos sociais executados por Instituições tanto governamentais como filantrópicas. De acordo com Guirado (1986, p.43):

“pensar na instituição como um conjunto de práticas ou de relações sociais que se repetem e se legitimam enquanto se repetem e não como um estabelecimento é, sem dúvida, o primeiro passo para se afirmar que a entrada na instituição – a internação – não significa apenas a mudança de espaço e ambiente físico, mas, principalmente, uma alteração possível nas pautas de relação.”

A oportunidade do trabalho com grupo de pais e ou responsáveis viabilizará o desenvolvimento de mudanças no tocante ao reconhecimento da importância e manutenção desta fase do desenvolvimento humano, uma vez que “a criança é importante em si mesma, e não meramente como um meio para um fim” (POSTMAN, 2002, p.72).

METODOLOGIA

Os trabalhos aconteceram na sede da própria instituição, em cinco encontros mensais, tendo em média 120 participantes. Para o desenvolvimento do trabalho utilizou-se a técnica de grupo de mediação, uma vez que o mediador, profissional Psicólogo,

promove ações junto ao grupo, proporcionando-lhe uma “ligação entre vários elementos de um sistema. Liga esses elementos a partir de traços que possuem em comum, por contiguidade ou por semelhanças” (KAES, 2005, p.13) entre o espaço psíquico de cada sujeito e o espaço psíquico do grupo, promovendo experiência e processo transformacional (KAES, 2005).

Ao grupo é viabilizado encontrar no trabalho do mediador uma via para “encontrar um apoio para sua própria atividade de representação e deixar que seus próprios pensamentos se formem” (KAES, 2005, p. 52).

OBJETIVO

Possibilitar a efetivação de elementos vinculares que fomentem o cuidado à infância, a partir dos pressupostos do grupo de mediação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho realizado no Lar Cristão de Adamantina seu deu através de encontros com grupos de pais e ou responsáveis pelas crianças assistidas pela instituição. No primeiro encontro, a fim de possibilitar a maior aproximação e socialização dos pais/responsáveis pelas crianças, optou-se utilizar com o grupo a técnica de recorte colagem para construção de cartazes com o tema “Infância”.

Essa atividade proporcionou ao público presente a expressão de suas representações sobre a infância, tornando-se num primeiro momento algo desafiador, diversificado e ao mesmo tempo curioso no tocante a possibilitar, ao sintetizar na montagem do cartaz o sentimento sobre a infância.

Na formação dos grupos optou-se em separar os homens e as mulheres, formando então dois grupos masculinos e seis femininos. Esta imposição se deu pautada na ideia de que se houvesse no mínimo uma mulher no grupo masculino, se ela prontamente não se colocasse à frente da ação, possivelmente seria eleita pelos demais companheiros do grupo, afastando-os da efetivação da atividade proposta.

Os grupos femininos logo deram início à atividade, enquanto, os grupos masculinos demonstraram-se inicialmente retraídos, poucos foram os que pegaram algumas revistas e se propuseram a iniciar atividade. Aos poucos, de maneira aparentemente tímida, para não afirmar resistente, começaram a interagir com os integrantes do grupo. Em pouco tempo viu-se que os grupos masculinos estavam discutindo a elaboração do cartaz.

Os grupos femininos além de muita conversa e riso, trouxeram lembranças do passado infantil, das brincadeiras e até mesmo a falta de brinquedos desejados por elas naquela época e as invenções de brincadeiras e substituição dos brinquedos inacessíveis por

outros objetos. Foi possível verificar que a maioria se recordou da sua infância de maneira saudosa. Nenhum dos presentes demonstrou qualquer comportamento ou verbalizou algo que pudéssemos identificar como tristeza ou dor que tenha vivenciado nessa fase do desenvolvimento infantil.

Após a produção dos cartazes houve o momento de apresentação destes ao público geral. Foi solicitado que o grupo fosse à frente e um membro do grupo se encarregasse de apresentar a produção. Nos dois grupos masculinos não houve por parte de nenhum dos membros o espontâneo interesse em ser o apresentador do trabalho. A eles foi dado um determinado tempo para resolverem entre si quem seria o porta-voz. Nos grupos femininos de forma unânime o próprio grupo elegeu sua representante.

De forma geral os grupos expressaram o fortalecimento do núcleo familiar, facilmente notado nas ilustrações utilizadas. Apresentaram recortes de crianças brincando com pais e outras crianças, verbalizaram a necessidade de garantir-lhes boa alimentação, projeção na vida futura, acesso ao mundo digital, poder ter animal de estimação e unanimemente o direito de brincar, de ser criança. Parece-nos que “o adulto quer que a criança reproduza o que está lhe impondo simplesmente para gozar com isso. Assim ocorre com a demanda social. Esta é cega acerca do que singulariza o sujeito. A demanda social o quer igual àquele que a sociedade precisa” (JERUSALINSKY, 1994, p.21).

A única alusão ao barramento do gozo produzido com a atividade lúdica foi a presença de figuras religiosas em um único grupo. Este enfatizou a necessidade do desenvolvimento infantil apoiar-se em concepções socializadoras que enfatizam o barramento, a realização irrestrita dos desejos. Vale ressaltar que o reconhecimento do lúdico como inerente a infância priva a criança de contar com o adulto como intermediário no contato com o espaço de sociabilidade, o adulto como impulsionador de ruptura da onipotência infantil.

A totalidade dos cartazes simbolizou que a criança precisa de família unida. Conforme destaca JERUSALINSKY (1994) “pelo fato de qualquer objeto ser significativo para quem o recebe e significativo para quem o dá, um objeto pode não ser simplesmente o que é” (p. 15). Assim, a presença da família unida em uma unidade coesa não garante a existência da função mediadora entre a realidade e o desejo. O que se recebeu da família e quais os investimentos no modelo familiar transmitido pela família coesa? Tal questionamento atinge diretamente a expressão dos participantes de se sentirem envergonhados, por não pensarem na religiosidade como valor transmitido a criança.

Enfatizaram a relevância das crenças e dogmas religiosos para uma vida saudável em sociedade. Entretanto, deve-se ressaltar a rigidez dos modelos religiosos e a devoção como representante de relações simbióticas e idealizadas. Santos (2001, p.81) afirma que as religiões “oferecem todos os objetos, mercadorias e símbolos capazes de retirar o homem de um mundo anônimo, vivendo sob condição de desamparo, de uma vida

insignificante”. Desta forma há uma superação da impotência pela manipulação de referências idealizadas onde:

“A grande diferença entre a realidade vivida e a vida sonhada é que na segunda eles se reapropriarão de sua dignidade, exercerão sua cidadania, seus direitos e as suas dores serão dirimidas; tudo isto, não necessariamente, precisa ser objetivar nesta vida, basta haver esperança”.

Define-se então uma condição paradoxal ao associar os fundamentos religiosos ao cuidado da infância: tenta-se barrar a onipotência infantil com referências idealizadas, nomeia-se nesse horizonte perspectivas dialéticas para dialogar com o grupo sobre o cuidado à infância.

Para o segundo encontro, optou-se pela técnica conhecida por “Curtograma” com o grupo de pais/responsáveis das crianças, a fim de possibilitar uma reflexão sobre como se encontra estabelecido o contato diário deles com as crianças. A técnica do “Curtograma” envolve a segmentação de quatro representações inerentes ao cotidiano e aos usos do corpo: a) Gosto e Faço (Fruição); b) Gosto e não faço (Idealização); c) Não Gosto e Faço (Barramento); d) Não Gosto e Não Faço (Autonomia). Estas representações puderam ser exploradas para dimensionar características do vínculo parental com as crianças.

A maioria dos presentes no tocante ao questionamento sobre o que gosta de fazer e fazem junto à criança, expressou um parâmetro vincular ligado ao cuidado com as crianças, como por exemplo, acompanhá-las na tarefa escolar, alimentá-las, colocá-las para dormir em lugar seguro e aconchegante. Nota-se nesse padrão de resposta, a fruição das representações parentais de cuidado e a concepção de uma relação com a infância que é deslocada do campo conflituoso da mediação entre os impulsos infantis e a ordenação do corpo infantil. Tal ordenação abrange conseguir fazer com que a criança estude, se alimente e durma. É plausível que este conjunto de respostas represente uma experiência de relacionamento parental ligada a simbiose, onde o corpo da criança é uma extensão das fantasias de completude dos pais.

No parâmetro ligado a Idealização das práticas parentais de cuidado a maioria das respostas envolveu a possibilidade de proporcionar passeios maravilhosos e brinquedos de última geração. Parece que a ligação destas respostas aos objetos fetichizados do consumo de massa expõe estes, pois, há uma frustração constitutiva de sua condição de classe. Como ser um pai ideal se não posso oferecer estes objetos a infância? Nesse momento de fragilidade da representação parental como aquele que supre a infância, resgatou-se a dimensão da autonomia parental para afirmar-se em uma posição que avalia como negativa (não gosta) e não faz. Os participantes ressaltaram não deixar faltar alimentos, moradia e acesso a educação.

Ainda mobilizaram-se em torno da expressão “surrar-lhes” como a autonomia em negar a violência física como meio de controle da infância. Enfatizou-se que mesmo em

condições materiais menos abastadas, os pais podem fazer escolhas que repercutem positivamente no desenvolvimento da criança. A análise das representações que envolveram o barramento do corpo infantil, articulando-o ao processo de socialização, demonstra o desprazer dos pais em determinar castigo ou discursivamente conter a criança em sua plena satisfação.

Não apenas pela tensão gerada pelo barramento, parece haver um incômodo porque neste momento a criança rompe as idealizações parentais e expressa-se singularmente. Discutiu-se nesse momento as relações interpessoais constituídas na família em sua ausência de tempo para permitir-lhes simplesmente brincar e dar atenção aos filhos de maneira diferenciada das obrigações de genitores. A “presença do Outro (um adulto quase sempre) é veículo para o estabelecimento de vínculos básicos e essenciais entre a criança e o mundo social, através dos quais ela passa a se reconhecer e a reconhecer o outro numa relação de reciprocidade” (MIRANDA, 1997, p. 134). A reciprocidade é um elemento mediador para entendimento no grupo das estratégias de internalização de formas culturais pelas crianças. Estas, mediadas pelos pais podem reconhecer as implicações das relações interpessoais, a partir da ruptura do egocentrismo infantil e pela criação de um espaço intrapsíquico, ou seja, uma “fala interior que opera signos antes da ação e, por isso, o movimento de pegar transforma-se no ato de apontar” (VIGOTSKY, 1998, p.74).

No 3º encontro com o grupo de pais seguiu-se a perspectiva da constituição de um espaço intrapsíquico infantil a partir da internalização das normas culturais. Para isso utilizou-se a técnica denominada “Folha de Revista” onde, após receber uma folha de revista e refletir sobre o cuidado dirigido a infância, cada pai amassa e desamassa a folha de revista para perceber que alguns atos não podem ser apagados, desmassados. Ensinar e barrar a fruição infantil é uma temática importante para produzir sentidos à educação de criança, pois, deve-se considerar que a isonomia não figura nas relações familiares. Afirma-se a experiência crítica de receber ensinamentos que envolvam o respeito aos posicionamentos parentais, a imobilização de sentimentos de culpa na criança e até mesmo as reparações maníacas (CAPER, 1990) que podem se seguir a materialização da violência.

A introspecção exigida pela técnica empregada fomenta o contato com a singularidade dos fatos e, por isso, estimula investidas superegóticas sobre o grupo de pais. A condição criada por enredar uma parcela dos participantes numa representação cristalizada de pais maus, insuficientes, ou qualquer outro adjetivo faltante exigiu sua desconstrução para que os processos reparatórios pudessem ser dimensionados. Retornou-se a definição de identidade de CIAMPA (1997) para que ambivalência das condutas parentais pudesse ser resgatada e amparasse a estada naquele grupo. De acordo com o autor:

“Essa identidade que surge como representação do meu estar - sendo se converte num pressuposto do meu estar (como totalidade), o que, fortemente, transforma minha

identidade concreta (entendida como um dar-se numa sucessão temporal) em identidade abstrata, num dado atemporal – sempre presente” (CIAMPA, 1997, p.69).

Expõe-se de tal forma que a identidade abstrata de pai faltante pode ser demovida se a reparação maníaca (CAPER, 1990) for contida e se houver coerência nos atos. Discutiui-se qual o parâmetro de identificação que se oferece aos filhos, apoiado no relato de um integrante do grupo sobre os palavrões correntemente reproduzidos no discurso infantil. Para além de modelar a conduta dos pais experienciou-se a constituição de insights relativos às referências identificatórias que figurariam pela coerência dos atos.

O Planejamento do 4º encontro envolveu a articulação da identidade concreta aludida por CIAMPA (1997), frente aos problemas diários enfrentados pela família, com enfoque maior nas situações que envolvem as crianças. Optou-se para a realização do trabalho a utilização da música “Bailarina” de Chico Buarque de Holanda. A escolha pela utilização da música se deu por considerar que o conteúdo mobilizado pela música – falta – propiciasse formações discursivas baseadas no cotidiano das famílias.

A música, metaforicamente, vislumbra a incompletude e, por isso, alguns participantes expressaram a percepção da falta no espaço intrapsíquico e da completude na dimensão intersíquica. Entretanto, ponderou-se junto aos participantes a proposição de VIGOSTKY (1998) de conversão de processos interpsicológicos em parâmetro intrapsicológicos. Conforme destaca MOLON (2008):

“nada apresenta existência por si mesmo, as funções psicológicas superiores não acontecem na ausência de relações sociais que as potencializam. Sendo assim, é nas relações entre as pessoas e por elas que se constituem as funções psicológicas superiores; é através da relação com outros que acontece a conversão dos processos na dimensão social em processos na dimensão individual” (MOLON, 2008, p.14).

Deste modo, buscou-se mediar à perspectiva da nomeada “impossibilidade de serem bons pais” enquanto uma conversão de discursos coletivos que alijam as camadas populares da mediação das relações entre as normativas comunitárias e o egocentrismo infantil, ao enfatizar as necessidades materiais da infância como principal modelo de socialização. Enfatizou-se que a mediação é também possível às camadas mais carentes da população por ser na relação com Outro, nesse processo de aquisições e barramentos (e não na mera oferta de bens materiais) que se estabelece a dimensão do sujeito.

Neves (2008, p.30) enfatiza que “é pela convivência que se processa um conhecimento recíproco entre os dois sujeitos”. Finalizou-se as atividades do grupo ressaltando que a convivência e a mediação não são objetos oferecidos; propõem-se numa relação.

A fim de viabilizar uma reflexão a respeito da necessidade de agregar e acolher as pessoas e suas diferenças individuais, no 5º encontro optou-se pela dinâmica disparadora conhecida por “*Patinho Feio*”. Foram elaboradas tiras de papel com as seguintes frases; *Diga-me boa noite!*; *Abraça-me!*; *Pisque para mim!*; *Aperte minha mão!*; *Sorria para mim!* e “*Deixe-me de lado!*”. Distribuiu-se para cada participante uma tira com as frases, obviamente que entre os participantes elas se repetiram. Solicitou-se que eles caminhassem pela sala, apresentassem a sua frase um ao outro e deveriam fazer exatamente o que pedia a frase que o colega tinha lhe mostrado.

Verificou-se que muitos ali presentes se divertiram, foram muitos abraços trocados, apertos de mãos, piscadelas, bem como muita gente foi excluída, por conta da frase “*Deixe-me de lado!*”. As pessoas com esta frase se uniram em grupo, separando-se dos demais, ficaram de fora somente contemplando o grupo maior. Terminada a atividade solicitou-se que as pessoas formassem grupos conforme a frase que carregava, então, notou-se várias pessoas com frases que geraram diversão e descontração entre elas e oposto disso, tivemos cerca de 10% das pessoas com a frase que os excluía da atividade vista como prazerosa.

Solicitou-se que os grupos expressassem com se sentiram interagindo com os demais companheiros, com restrição ao grupo de excluído. Foram expressões recheadas de risos e descontração sob alegação de como foi bom interagir uns com outros. Em seguida, pediu-se que todos se sentassem para encerramos a atividade da noite. Quando então, um membro do grupo “excluído” se manifestou dizendo, *não vai perguntar como ficamos?* Obviamente a palavra do grupo dos “excluídos”, foi ouvida, pois “quando analisa-se práticas discursivas, toma-se esses posicionamentos como produções conjuntas” (SPINK, 2010, p.37).

A fim de acolhê-los, as demais pessoas executaram com o grupo dos “excluídos” todas as solicitações de suas frases, recebendo tardiamente, abraços, apertos de mão, piscadelas. Em seguida, questionou-se como se sentiram após o grupo maior ter demonstrado atenção e afeto por eles. Todos reclamaram que não sentiram espontaneidade naquelas ações e sim obrigatoriedade, gerando-lhes certo constrangimento, porque somente depois de solicitados a agir é que demonstraram algum afeto a eles, pois, caso contrário, nada receberiam. Neste campo discursivo explorou-se a perspectiva de que a ausência de mediação as atividades infantis se constituía num processo de exclusão.

Isto por mantê-las à margem de uma relação com o espaço social que envolva uma conduta ativa. A exclusão também é produzida ao não remeter a infância a um projeto, uma expectativa que se produza nas relações temporais seguintes à infância. Manter a infância relegada a condição do brincar e a ação dos pais, ao ato de punir, sintetizaria um processo de exclusão. Esta exclusão é vivenciada especialmente pela “dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil” (SAWAIA, 2004, p. 104). Finalizou-se deste modo a intervenção com o grupo de pais

almejando a efetivação da ação mediadora da infância como fundamento da ação de cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem dos vínculos familiares, a partir de objetos mediadores possibilitou que as representações sobre a infância e as funções de cuidado pudessem ser abordadas e dimensionadas em suas articulações com a cultura e a necessidade infantil. Se é impossibilitado avaliar mudanças relativas ao cuidado a infância, em razão da exigência longitudinal deste tipo de estudo, é contudo, possível afirmar a funcionalidade da função de intermediário que as técnicas de grupo propiciam.

Como intermediário entre as representações sociais da infância e as concepções teórico/técnicas do cuidado infantil, a posição do mediador desperta a observação das figuras parentais como aqueles que fornecem elementos para a identificação. Ainda, salienta-se que o brincar é um campo para que os pais figurem como mediadores da relação com o brinquedo. Neste campo as funções psicológicas superiores (VIGOTSKY, 1998) podem se distanciar das egocêntricas da infância, rumo ao processo de socialização. A socialização envolveria o desalojamento infantil da perspectiva restrita de fruição no brincar; o brincar permite a vinculação com as necessidades do Outro.

Os movimentos do grupo em torno de formações discursivas rígidas sobre a ação de educação puderam ser questionados, desmobilizando as equiparações entre afeto e permissividade. O afeto pode então ser discutido como potencialidade, que apresenta ao corpo infantil expectativas constituídas nas trocas comunitárias. Percebe-se como um indivíduo ativo nas ações da comunidade alçaria a infância em um campo distanciado dos pressupostos de sofrimento ético/político (SAWAIA, 2004) que atinge a infância em vulnerabilidade e risco social. Por isso, fomentar discussões com as figuras parentais sobre o cuidado infantil permite tomá-lo como elemento do ciclo vital. Vivenciar a infância pode significar incluir-se nas relações de sociabilidade ou desarticular-se destas determinações. Entre estas situações antagônicas a mediação possibilitaria a prática decisória de realizar escolhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÉS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BOCK, A.M.B.; GONÇALVES, M.G.M.; FURTADO, O. *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001.

CAPER, R. *Fatos imateriais: a descoberta de Freud da realidade psíquica e o desenvolvimento kleiniano do trabalho de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

CASTELLS, M.. *O poder da identidade: a era da São Paulo* : Paz e Terra, 1999.

CIAMPA, A.C. Identidade. In: LANE, S.T.M; CODO, W. **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, p. 58-77, 1999.

DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FURTADO, O. *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001.

JERUSALINSKY, A. Apesar de você, amanhã há de ser outro dia. In: CALLIGARIS, C. *Educa-se uma criança?* Porto Alegre: Artes e Ofícios, p.13-24, 1994

KAËS, R. *Os espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

MOLON, S.I. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. Petrópolis: Vozes, 2003.

POSTMAN, N. *O Desaparecimento da Infância*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 2002

POKLADÉK, D.D. *A Fenomenologia do cuidar: prática dos horizontes vividos nas áreas da saúde, educacional e organizacional*. São Paulo: Vetor, 2004.

SAWAIA, B. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2008

SPINK, M. J. P. *Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos*. Petrópolis: Vozes, 2003.

VIGOTSKY, L.S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.